

A história de Israel, seus oradores e seus auditórios: uma análise da 'saída do Egito' sob a perspectiva de distintos especialistas

Josué Berlesi

Doutorando em História Antiga pela Universidad de Buenos Aires. Docente de História Antiga na Universidade Federal do Pará, Campus Cametá.

josueberlesi@yahoo.com.br

Resumo: De acordo com Perelman o trato de determinado tema requer um acordo entre orador e auditório. Com base nisso tentar-se-á no presente artigo abordar os distintos oradores e auditórios envolvidos com a história antiga de Israel. Para o desenvolvimento de tal tarefa o êxodo bíblico será usado como microcosmo de análise sendo que investigar-se-á o referido objeto pela ótica de três especialistas de áreas distintas, a saber: um arqueólogo, um historiador e um teólogo.
Palavras-chave: história antiga de Israel, orador, auditório, êxodo.

Por muito tempo os cientistas sociais, dentre eles os historiadores, acreditaram que a escrita configurava uma ferramenta neutra para a transmissão do conhecimento. Não havia preocupação com a linguagem narrativa, pois se atribuía a esta um caráter neutral. Contudo, posteriores mudanças nessa matriz de pensamento passaram a questionar o papel da narrativa, desse modo, compreende-se atualmente que, em alguns casos, a utilização de uma linguagem narrativa embelezada pode atuar no sentido de omitir os pressupostos do autor.

Não obstante, a preocupação com a maneira de escrever e de expor argumentos atinge, contemporaneamente, um significativo número de pesquisadores. Evidentemente, a elaboração de um discurso persuasivo guarda relação com a escolha do auditório, tendo em vista que o trato de um determinado tema requer um acordo entre o orador e seus ouvintes. Nesse sentido, Perelman destaca:

“[...] tanto o desenvolvimento como o ponto de partida da argumentação pressupõem acordo do auditório. Esse acordo tem por objeto ora o conteúdo das premissas explícitas, ora as ligações particulares utilizadas, ora a forma de servir-se dessas ligações; do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes.” (PERELMAN 2005: 73).

Com base nas palavras de Perelman tentar-se-á desenvolver certas considerações sobre a historiografia do antigo Israel enfocando, principalmente, o (suposto) evento bíblico do êxodo.

Entretanto, cabe primeiramente esclarecer que a história antiga de Israel atrai, no mínimo, dois públicos: pesquisadores acadêmicos de diferentes áreas como a Teologia, História e Arqueologia e o público leigo interessado nas questões referentes à Bíblia. Este último público, é verdade, constitui-se em boa parte de religiosos(as) os quais, em muitas vezes, confundem o relato bíblico, no qual crêem, com a história antiga de Israel.

De fato, essa confusão acima citada permaneceu em voga por muitos anos até mesmo na academia. Acreditava-se numa equivalência entre o relato veterotestamentário e a história do antigo Israel. Exemplo disso percebe-se na obra de John Bright que ainda é usada em centros acadêmicos menos informados (1).

Não obstante, é preciso considerar que uma história de Israel em harmonia com o texto bíblico ainda dispõe de grande força, em contextos sociais mais amplos, justamente por estar ligada com a fé de muitas pessoas, o que proporciona, conseqüentemente, múltiplas variantes de corte comercial, as quais abordam os temas bíblicos reproduzindo percepções completamente descartadas nos círculos acadêmicos mais informados/atualizados (2). Poucas décadas atrás um bom exemplo dessa situação poderia ser encontrado na obra do jornalista alemão Werner Keller a qual vendeu mais de 10 milhões de exemplares (3).

Keller, apesar de ser um jornalista, desenvolveu a sua obra com grande ênfase nas evidências epigráficas e arqueológicas. De fato, esse é um recurso argumentativo extremamente convincente sobretudo para o público leigo; afinal, contestar a evidência arqueológica significa contestar aquilo que é material, palpável, visível, certamente, poucos se lançariam em tal empreendimento.

Nesse sentido, Robin Lane Fox comenta de forma muito adequada:

“Os fundamentalistas também tentam explorar conhecimentos do tipo histórico. O ponto de contato mais fácil é a arqueologia, a disciplina em que a história parece fazer o uso máximo da ciência e que para todos os efeitos trabalha com indícios diretos, e portanto nada ambíguos. A arqueologia pode ser apreciada por seu público sem a interposição de qualquer barreira lingüística, e à medida que este público vai crescendo os fundamentalistas encontram cada vez mais razões para invocar seus achados como provas de que a narrativa bíblica é verdadeira. Exemplos particulares são usados como base para a ampla difusão de uma convicção geral de que todo o conteúdo das escrituras poderia ser confirmado caso fosse possível escavar suas relíquias. Os indícios escritos, porém, são mais refratários. Também nesse caso, os fundamentalistas enfatizam os textos exteriores à Bíblia que confirmam nomes, lugares e fatos mencionados em certas

passagens de sua narrativa. Em seguida, dão a entender que o que ocorre com esses exemplos poderia aplicar-se a tudo que ela nos conta. Quando os textos não confirmam a Bíblia, questionam o valor desses indícios discordantes: a convicção popular de que os historiadores podem encontrar a verdade final é menor do que a fé nos cientistas. Naturalmente, esta dúvida nunca é voltada contra os próprios autores da Bíblia” (FOX 1993: 41).

Essas palavras de Fox servem para ilustrar a blindagem que cerca o pensamento dos fiéis. Conforme visto, a evidência científica é usada apenas de forma favorável ao pensamento religioso. Nesse caso as seguintes palavras de Perelman podem não ter efeito:

“[...] as argumentações entre não especializados são formuladas de modo que, ou escapem ao parecer de um especialista, ou fiquem na dependência de sua decisão: de toda forma, a possível intervenção do especialista influenciará um grande número de controvérsias entre leigos.” (PERELMAN 2005: 118).

Desse modo, se o referido conjunto de leigos for formado por fiéis a intervenção de um especialista pode resultar ineficaz, principalmente se a argumentação deste contrastar com os pressupostos de fé.

Entretanto, conforme dito, a história de Israel também interessa a um público especializado constituído, majoritariamente, por teólogos, arqueólogos e, em escala extremamente reduzida, por historiadores.

Contudo, até mesmo um especialista ao escrever história de Israel pode estar interessado em atingir ambos os públicos: o leigo e o acadêmico. Um bom exemplo disso encontra-se na obra de Finkelstein e Silberman (4), arqueólogos de reconhecida atuação. O referido trabalho foi motivo de importantes debates na academia, porém, a estrutura e a forma de apresentação do texto possibilitaram ampla difusão da obra entre o público leigo (5). Note-se, por exemplo, que o texto não apresenta notas de rodapé algo característico da maneira acadêmica de escrever. Com isso torna-se possível deduzir certa pretensão comercial dos autores tendo em vista que a mesma estrutura de apresentação do texto foi reutilizada em outra obra importante da dupla (6).

Há, entretanto, outros elementos que podem revelar a vontade do(s) autor(es) em atingir um público mais amplo, como, por exemplo, a escolha da editora. Ao analisar-se

a maioria dos livros sobre história de Israel escrito por especialistas rapidamente percebe-se a opção por editoras universitárias (7). Desse modo, supõe-se que uma obra nesses moldes seja lida por um público especializado.

Perelman destaca, de maneira muito acertada, que certos argumentos só possuem valor para determinado auditório:

“[...] argumentos válidos para certas pessoas não o são em absoluto para outras, às quais podem parecer extremamente estranhos. [Um profano, diz Jouhandeau, que assiste a uma discussão de teólogos não está longe de pensar que descobre um mundo onde as pessoas se empenham em disparatar juntas com a mesma lógica imperturbável que os internos de uma casa de loucos]” (PERELMAN 2005: 117).

Certamente essas palavras de Perelman são aplicáveis a distintos ambientes. Entretanto, analisar-se-á, especificamente, como isso ocorre entre os técnicos que investigam o Israel antigo, para tanto, o êxodo bíblico será usado como objeto de análise.

Verdadeiramente, em muitos casos, a interdisciplinaridade revela-se fundamental para o bom entendimento de determinado fato. Não obstante, em outras situações, a argumentação de um técnico da área X pode resultar completamente sem sentido para um técnico da área Y.

Na investigação acadêmica sobre o êxodo bíblico não é diferente. Teólogos, arqueólogos e historiadores compactuam e divergem no estudo deste tema. Para exemplificar melhor essa situação analisar-se-á a seguir os argumentos de três especialistas de áreas distintas, a saber: Herbert Donner (teólogo), Israel Finkelstein (arqueólogo) e Mario Liverani (historiador).

Mario Liverani

Um dos principais recursos argumentativos utilizados por Liverani consiste em traçar paralelos entre a Bíblia e textos extra-bíblicos. O referido autor sustenta que o êxodo, assim como as narrativas patriarcais e a conquista militar da Palestina

representam unicamente um esforço literário para justificar o cumprimento da promessa divina, qual seja: a posse da terra de Canaã (8). Desse modo, nenhum dos referidos eventos bíblicos teria de fato acontecido.

Liverani afirma que o mito do êxodo tornou-se uma metáfora-motor e que o sentido máximo de tal metáfora pode ser encontrado no período das deportações assírias situação em que Israel desejava efetivamente uma libertação da “opressão”. Ao analisar o texto de Oséias o citado pesquisador argumenta:

“Em Oséias [...] o vir do Egito e o voltar são usados como metáfora (que se tornou evidente pelo repetido paralelismo) para a Assíria, com o sentido de submeter-se ou livrar-se do poder imperial. Por sua conduta política e também pelas imperfeições culturais, Efraim (=Israel, o reino do norte em que profetiza Oséias) corre o risco de voltar para um “Egito” agora personificado pela Assíria: [...] *À guisa de sacrifício, imolam carne e comem-na, mas o Senhor não se compraz nisto. Agora ele recorda as suas faltas e pede contas de seus pecados. Terão de voltar ao Egito.* (Os 8,13;cf 11,5)” (LIVERANI 2008: 339-340).

Nesse sentido o relato do êxodo configuraria, unicamente, uma metáfora de libertação do domínio estrangeiro. Tal situação torna-se perceptível com a difusão da política assíria de deportações quando grupos de refugiados do norte se deslocam para o reino de Judá (Os 11,11) de maneira que os referidos refugiados teriam absorvido uma das idéias centrais do relato do êxodo: a “libertação da opressão” (9).

Como dito, Liverani utiliza-se de paralelismos entre a Bíblia e textos extra-bíblicos para legitimar sua posição, ou seja, a de que o êxodo não foi um acontecimento real. Exemplo dessa estratégia argumentativa pode-se averiguar quando o pesquisador em questão trata do suposto itinerário da saída do Egito:

“A imagem do deserto, no conjunto Êxodo-Números, não é de tipo pastoril, em que as tribos vivem à vontade; é, porém, do tipo “zona de refúgio” ou “terra de exílio”, numa perspectiva cidadina de profundo mal-estar. O caminho é difícil e perigoso pela presença de insídias e de falta d’água. A passagem *deserto grande e terrível, povoado de serpentes abrasadoras e de escorpiões, terra de sede, onde não se encontra água* (Dt 8,15) é semelhante às preocupações logísticas para a travessia do deserto por parte dos exércitos assírios, como na expedição de Esarhaddon em Bazza: *um distrito remoto, uma extensão desértica e de terra salina, uma região de sede...(com) serpentes e escorpiões que cobrem a terra como formigas.* (IAKA, p.56-57). Também os exércitos da monarquia de Judá tinham atravessado o deserto, por exemplo na expedição contra Mo’ab; e a procura da água por parte de Moisés, que a faz brotar da rocha (Ex 17,1-6), corresponde à procura da água por parte dos “profetas”

juntados ao exército naquela ocasião: *Cavai um grande número de fossos neste vale! Assim fala o Senhor: Não vereis vento nem chuva, todavia este vale se encherá de água e bebereis vós, vossos rebanhos e vossos animais de carga!* (2Rs 3,16-17).” (LIVERANI 2008: 343-344).

Ao traçar esses paralelos o autor sugere que o responsável pela elaboração do relato do êxodo deveria ser contemporâneo ao período das deportações assírias mostrando assim que o citado evento bíblico guarda mais relação com a literatura do que com a história. Desse modo, o relato do êxodo teria sido elaborado várias centenas de anos após o século XIII a.C. período em que teria ocorrido a saída do Egito.

Israel Finkelstein (10)

Finkelstein, por seu turno, tem uma opinião similar a de Liverani, porém, centra sua análise nas evidências arqueológicas ou, como no caso do êxodo, na ausência destas. Antes mesmo de tratar da saída do Egito o autor em questão destaca um anacronismo presente na história de José demonstrando assim a sua provável impertinência histórica (11).

Em certa medida o esforço de Finklestein reside em verificar qual a correspondência entre o texto bíblico e o registro arqueológico. Nessa linha de atuação o referido pesquisador aponta para a impossibilidade de fuga de um contingente de trabalhadores do Egito tal como descreve a Bíblia (12).

Entretanto, segundo o autor em questão, um dos principais elementos que desqualifica o êxodo como acontecimento histórico reside na ausência de registros arqueológicos. Finkelstein argumenta que na época de Ramsés II não há nenhum sinal de ocupação do Sinai, assim como não há nenhuma evidência arqueológica do referido evento nos locais de acampamento citados na Bíblia como, por exemplo, Kadesh-barnea:

“A conclusão de que o Êxodo não aconteceu na época e da forma descrita na Bíblia – parece irrefutável quando examinamos a evidência de sítios específicos, onde os filhos de Israel supostamente acamparam por longos períodos, durante sua caminhada pelo deserto (Números 33), e onde alguma indicação arqueológica – se existente -, é quase certo, seria encontrada. [...] Da longa lista de acampamentos no deserto, Kadesh-barnea e Ezion-geber são os únicos que podem ser

identificados com segurança, mas não indicaram nenhum traço dos nômades israelitas”. (FINKELSTEIN e SILBERMAN 2003: 94-95).

Em suma, Finkelstein sustenta que o êxodo é produto de um esforço literário do século VII a.C. de modo que o relato bíblico de tal evento reflete o contexto da época em que foi escrito, embora, é verdade, reconheça-se que a saga da libertação do Egito tem origens anteriores ao citado século (13). Para Finkelstein a elaboração do relato do êxodo deu-se na época do rei Josias sendo que a narrativa bíblica deste evento teria sido estruturada para funcionar como um apelo à unidade nacional uma vez que o Israel de Josias encontrava-se em guerra com o Egito do faraó Necau (14).

Herbert Donner

Diferentemente dos outros autores já analisados, Herbert Donner, desenvolve sua análise com forte ênfase na exegese do Antigo Testamento, para tanto, utiliza-se, fundamentalmente, do método histórico-crítico (15). Segundo a linha de raciocínio de Donner é possível comprovar a pertinência histórica do êxodo, unicamente, com elementos extraídos do próprio texto bíblico.

O autor em questão sustenta que a saída do Egito constitui uma tradição fortíssima na narrativa veterotestamentária o que, possivelmente, reflete um cerne histórico. Para Donner, a presença tão marcante do êxodo em vários livros do Antigo Testamento não seria possível caso o referido evento não tivesse ocorrido. Nenhum evento bíblico tem tamanha incidência quanto o êxodo e isso, para Donner, indica a preservação de uma memória histórica autêntica.

Outros argumentos bíblicos que apontam para a historicidade do êxodo podem ser encontrados na lista do censo das tribos de Efraim e Manassés onde constam nomes egípcios, atestando, assim, uma possível convivência entre israelitas e egípcios no mesmo território (16). O nome “Moisés” também é utilizado como argumento favorável a historicidade do êxodo. Moisés possui a raiz egípcia *msy*, a qual significa “gerar, dar à luz”. Sendo assim, é possível estabelecer uma analogia com Ra-msés (“gerado por Ra”) e Tut-mósis (“gerado por Tut”), Moisés, no caso, seria a forma abreviada “filho de...” (17).

Com base na depuração do texto bíblico, algo característico do método histórico-crítico, Donner sustenta a tese de que o Êxodo e o Sinai representam tradições distintas, ou seja, aqueles que saíram do Egito não passaram pelo monte Sinai. Isso implica dizer que é inútil buscar por evidências arqueológicas na região sinaítica, como é o caso do sítio de Kadesh-barnea (18).

Algumas passagens do Antigo Testamento permitem supor que a tradição do monte Sinai, originalmente, tenha sido independente e apenas posteriormente foi combinada com a tradição do êxodo e da tomada da terra:

“A isso conduzem sobretudo numerosos textos cúllico-religiosos que recapitulam os acontecimentos da época salvífica clássica de Israel, desde o êxodo até a tomada da terra, e nos quais falta o monte de Deus no deserto: p.ex. Dt 6.20-24; 26.5-9; Js 24.2-13; Êx 15; Sl 78; 105; 135; 136 e outros mais. Com isso, naturalmente, nada se decide com respeito à antiguidade da tradição do monte de Deus. Trata-se tão-somente da independência histórico-traditiva dessa tradição, que possibilitou falar sobre a história da salvação de Israel sem sequer mencionar o monte de Deus” (DONNER 1997: 113).

Certamente, um dos elementos que também diferencia Donner dos demais pesquisadores analisados é a defesa da existência histórica de Moisés. A grande maioria dos historiadores e arqueólogos considera Moisés uma figura mítica. Donner, por seu turno, afirma que não haveria sentido em os israelitas criarem um mito de libertação do Egito e colocarem no seu principal herói um nome proveniente do opressor.

Considerações finais

A análise realizada acima dos argumentos de três especialistas de áreas distintas certamente reflete o pensamento de Perelman (19). De fato, o argumento utilizado por um pesquisador pode resultar completamente sem sentido para outro, veja-se um exemplo abordado ao longo deste texto: Para Herbert Donner (e um grande conjunto de teólogos) a forte presença do êxodo ao longo de todo Antigo Testamento constitui-se em uma evidência de que o referido evento reflete um acontecimento real (20). Entretanto, um historiador pode considerar a “evidência” de Donner como uma mera sugestão, ou seja, ela sugere que o êxodo possa ter ocorrido, mas não configura

uma prova de que ele de fato ocorreu. No caso de Donner essa evidência tem o peso de prova (21).

Contudo cabe reafirmar aqui uma diferença, parcialmente abordada, entre os pesquisadores analisados. Como visto, Finkelstein, por meio de sua obra, demonstra o interesse em atingir um amplo público leitor, seja pela editora escolhida para a publicação do livro ou pelo estilo de escrita utilizado na elaboração de seu texto. Tendo em vista a grande repercussão que sua obra logrou, dentro e fora da academia, é possível considerar que o referido pesquisador atingiu os dois auditórios interessados na história antiga de Israel (22).

Por sua vez, Mario Liverani, com pretensões mais modestas, elaborou sua obra para um público especializado o que se torna perceptível pela presença de alguns elementos em seu texto, tais como citações de outras obras especializadas e notas de rodapé. Porém, o público especializado de Liverani atinge diversas áreas relacionadas ao estudo do mundo antigo como, por exemplo, a história, a arqueologia e a antropologia.

Por fim, Herbert Donner, apesar de escrever uma “História de Israel” não tem a pretensão de atingir o público de historiadores. Sua obra é nitidamente direcionada a teólogos o que se constata pela extrema ênfase na crítica bíblica (método histórico-crítico) algo que é legível, principalmente, para especialistas da área de teologia.

Não é possível se ter certeza se os pesquisadores aqui analisados desenvolveram seus textos pensando conscientemente no público que queriam atingir. Entretanto, aquele que com sua obra deseja convencer o leitor deve, necessariamente, pensar em seu auditório, ou seja, no conjunto daqueles a quem o orador quer influenciar com sua argumentação (23).

1 No Brasil a “História de Israel” de John Bright foi reeditada pela Paulus em 2004, o que demonstra o interesse que ainda existe pela referida obra.

2 Veja-se o caso do documentário “The Exodus Decoded” do cineasta Simcha Jacobovici divulgado no History Channel em 04/2006.

3 Trata-se do livro “E a Bíblia tinha razão”, publicado no Brasil pela Melhoramentos. A edição usada neste trabalho data de 1979.

4 FINKELSTEIN, I. and SILBERMAN, N.A. 2001. *The Bible Unearthed, Archaeology's New Vision of Ancient Israel and the Origins of Its Sacred Texts*. New York: Free Press.

5 No caso do Brasil a tradução equivocada (proposital ?) do título serviu para atrair maior interesse entre os não especialistas. Versão brasileira: “A Bíblia não tinha razão”.

6 FINKELSTEIN, I. and SILBERMAN, N.A. 2006. *David and Solomon, In Search of the Bible's Sacred Kings and the Roots of the Western Tradition*. New York: Free Press.

7 A obra de Finkelstein e Silberman foi originalmente publicada pela Free Press, uma editora não acadêmica que abrange vários temas, dentre eles: romances, negócios e auto-ajuda. Veja-se em: www.simonandschuster.biz acessado em 25/11/2009.

8 LIVERANI, 2008, p. 339.

9 Ibidem, p. 341.

10 Falar-se-á aqui especificamente de Finkelstein, contudo, o texto usado nesse estudo resulta de uma parceria entre Finkelstein e Neil Silberman (A Bíblia não tinha razão).

11 O citado anacronismo se refere a presença de camelos no relato bíblico sobre José: “As histórias dos patriarcas são repletas de camelos, geralmente tropas de camelos; mas, como na história da venda de José como escravo por seus irmãos (Gênesis 37,25), os camelos são descritos também como bestas de carga usadas no comércio das caravanas. Sabe-se agora, por meio da pesquisa arqueológica, que os camelos não foram domesticados como bestas de carga senão no final do segundo milênio, e que não eram usados para esse fim de forma ampla no antigo Oriente Próximo a não ser bem depois de 1000 a.C. E um detalhe ainda mais notável – a caravana de camelos carregando “resina, unguento e mirra” da história de José – revela familiaridade óbvia com os principais produtos do lucrativo comércio árabe, que floresceu sob a supervisão do império assírio nos séculos VIII e VII a.C.” FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 58-59.

12 “Pondo de lado a possibilidade de milagres inspirados divinamente, não é razoável aceitar a idéia de fuga de um grande grupo de escravos do Egito, através de fronteiras fortemente vigiadas por guarnições militares, para o deserto e depois para Canaã, numa época com colossal presença egípcia na região. Qualquer grupo escapando do Egito contra a vontade do faraó teria sido rapidamente capturado, não apenas por um exército egípcio que o perseguiria desde o delta, mas também por soldados egípcios dos fortes no norte do Sinai e em Canaã. De fato, a narrativa bíblica sugere o perigo da experiência de fugir pela estrada da costa. Assim, a única alternativa seria através das terras desérticas e desoladas da península do Sinai; mas a possibilidade também é contestada pela arqueologia”. Ibidem, p. 91-92.

13 “É impossível dizer se a narrativa bíblica foi ou não uma ampliação e uma elaboração de memórias imprecisas da imigração do povo de Canaã para o Egito e de sua expulsão do delta no segundo milênio a.C. Mesmo assim, parece claro que a história bíblica do Êxodo auferiu seu poder não apenas das tradições antigas e dos detalhes geográficos e demográficos contemporâneos, mas ainda e mais diretamente das realidades políticas contemporâneas”. Ibidem, p. 103.

14 Sendo assim, a confrontação entre Moisés e o faraó espelhava o confronto entre Josias e Necaú. Veja-se em FINKELSTEIN e SILBERMAN, 2003, p. 105.

15 O referido método constitui-se de vários métodos de análise de um determinado texto. Os passos essenciais do referido método residem na tradução, crítica textual, crítica literária, história traditiva, história redacional, história da forma, história temática, análise de detalhes, conteúdo teológico e escopo. Para maiores informações veja-se: MUELLER, 1984, p.256-260.

16 Os textos de Js 24:33 e 1 Sm 2:34 trazem os nomes Hofni e Finéias, ambos de raiz egípcia.

17 Para mais informações sobre o nome Moisés ver: DONNER, 1997, p. 127.

18 Lembre-se que Finkelstein incorpora tal sítio em sua análise.

19 Veja-se a nota 12.

20 Veja-se o segundo parágrafo da página 08.

21 Perelman ao tratar da teologia afirma que: “Certas noções, tais como a de evidência ou a de fato, adquirem um sentido particular em disciplinas ligadas por textos. [...] dizer que um texto sacro é evidente é, uma vez que não se trata de rejeitá-lo, pretender que há uma única maneira de interpretá-lo. Os acordos de auditórios especializados podem comportar definições particulares de certos tipos de objetos de acordo, por exemplo, do que é um fato. Referem-se também à maneira pela qual estes podem ser invocados ou criticados”. . PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.114-115. É possível que essa citação de Perelman, sobretudo em sua primeira parte, contribua para o entendimento da controvérsia entre Donner e os historiadores no tocante a “evidência”.

22 Veja-se o primeiro parágrafo da página 02.

23 PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.22.

BIBLIOGRAFIA

BRIGHT, John. *História de Israel*; tradução de Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Paulinas, 1978.

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. São Leopoldo: Sinodal-IEPG/Petrópolis: Vozes, 1997, vol. 1.

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. Traduzido por Tuca Magalhães. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

FOX, Robin Lane. *Bíblia verdade e ficção*. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KELLER, Werner. *E a Bíblia tinha razão*; tradução de João Távora. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história antiga de Israel*. São Paulo: Paulinas, 2008.

MUELLER, Enio R. *O método histórico-crítico: uma avaliação*, in: FEE, Gordon/STUART, Douglas, *Entendes o que Lês?* São Paulo: Vida Nova, 1984.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo : Martins Fontes, 2005.